

CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

[2022_027CP]

ÍNDICE

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
ARTIGO 1.º OBJETO	4
ARTIGO 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE.....	4
ARTIGO 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	4
ARTIGO 4.º PLATAFORMA ELETRÓNICA.....	5
ARTIGO 5.º ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
SECÇÃO II PARTICIPAÇÃO	6
ARTIGO 6.º CONCORRENTES	6
ARTIGO 7.º REPRESENTAÇÃO	6
SECÇÃO III PROPOSTAS	6
ARTIGO 8.º DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS	6
ARTIGO 9.º PROPOSTAS VARIANTES	7
ARTIGO 10.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	8
ARTIGO 11.º MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
ARTIGO 12.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE	9
ARTIGO 13.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
ARTIGO 14.º ACORDO ENTRE COSSEGURADORES.....	12
ARTIGO 15.º ACORDO ENTRE SEGURADORAS E CORRETOR.....	12
ARTIGO 16.º CAUÇÃO	13
ARTIGO 17.º CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	14
ARTIGO 18.º DADOS PESSOAIS.....	15
ARTIGO 19.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	15
ANEXOS	16
ANEXO I ENTIDADES ADJUDICANTES	17
ANEXO II LISTAGEM DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL	18
ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE.....	19
ANEXO IV DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	20
ANEXO V MINUTA DE DECLARAÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA	21
ANEXO VI LISTA DE PREÇOS	23
ANEXO VII MINUTA DE PROCURAÇÃO.....	24
ANEXO VIII MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	25
ANEXO IX MODELO DE DECLARAÇÃO	26
ANEXO X MODELOS DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	27
ANEXO XI MODELOS PARA A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PELA(S) SEGURADORA(S).....	29

ANEXO XII MODELOS PARA A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PELO CORRETOR	31
ANEXO XIII DADOS SOBRE SINISTRALIDADE	35

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO

O presente concurso público tem por objeto a celebração de contrato de seguros de acidentes de trabalho e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis, bem como a celebração de contrato de aquisição dos correspondentes serviços de corretagem para empresas do Grupo Águas de Portugal.

ARTIGO 2º

ENTIDADE ADJUDICANTE

1. O presente concurso público é promovido por um agrupamento de entidades adjudicantes, composto pelas entidades identificadas no **ANEXO I** do presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante, formado de acordo com o previsto na alínea a) do n.º I do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A decisão de contratar de cada uma das entidades adjudicantes referidas no número anterior foi tomada pelos respetivos órgãos competentes.
3. O representante do agrupamento das entidades adjudicantes é a **AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, (doravante **AdP SGPS**).

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi adotada em 25 de fevereiro de 2022, por deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS devidamente mandatada pelas empresas, nos termos do artigo 109.º, n.º I, do CCP.

ARTIGO 4º

PLATAFORMA ELETRÓNICA

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através dos sítios eletrónicos <http://www.acingov.pt> e www.adp.pt.
2. A disponibilização da documentação listada no **ANEXO II** do Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante está condicionada à apresentação de um requerimento por parte por parte dos interessados, através da funcionalidade “Mensagens” da plataforma eletrónica, instruído com:
 - a) Declaração de confidencialidade elaborada e subscrita em conformidade com a minuta que constitui o **ANEXO III** do presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;
 - b) Cópia do certificado de registo emitido pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que ateste que o subscritor se encontra legalmente autorizado a prestar serviços de corretagem de seguros, nos termos do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro.
3. A palavra-chave que permite o acesso aos ficheiros listados no **ANEXO II** do Programa de Procedimento deve ser transmitida aos interessados pela AdP SGPS, através da funcionalidade “Mensagens” da plataforma eletrónica, no âmbito da notificação do deferimento do requerimento apresentado nos termos do disposto no número anterior.

ARTIGO 5º

ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h:00m:00s do dia 10 de março de 2022;**

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri do procedimento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h:59m:00s do dia 21 de março de 2022**;
3. A Comissão Executiva da AdP SGPS pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo **23h:59m:00s do dia 21 de março de 2022**;

SECÇÃO II PARTICIPAÇÃO

ARTIGO 6.º CONCORRENTES

Para efeitos do artigo 132.º, n.º 4, do Código dos Contratos Públicos, apenas podem ser concorrentes os agrupamentos, constituídos nos termos do artigo 54.º do citado diploma legal, que incluam simultaneamente um corretor de seguros e uma ou mais seguradoras, nos termos do disposto na presente secção.

ARTIGO 7.º REPRESENTAÇÃO

Para todos os efeitos, nomeadamente para a prática de atos no procedimento, cada agrupamento concorrente é representado pelo corretor de seguros que o integrar desde a apresentação da proposta até celebração dos contratos.

SECÇÃO III PROPOSTAS

ARTIGO 8.º DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS

- I. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) elaborado em conformidade com o **ANEXO IV** do presente Programa do Procedimento;
 - b) Declaração do preço da proposta, com indicação da quota-parte do risco assumida por cada cossegurador (quando aplicável), discriminando ainda a remuneração dos serviços de corretagem, elaborada em conformidade com a minuta que constitui o **ANEXO V** do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante;
 - c) Lista de preços unitários, elaborada em conformidade com a minuta que constitui o **ANEXO VI** do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante;
 - d) Nota justificativa do preço proposto, com indicação, no mínimo, da fórmula de cálculo do prémio, quando aplicável e respetiva componente associada à remuneração dos serviços de corretagem;
 - e) Procuração, subscrita por cada uma das seguradoras que integrem cada agrupamento de concorrentes, concedendo poderes de representação ao respetivo corretor de seguros, elaborada em conformidade com a minuta que constitui o **ANEXO VII** do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante.
2. O preço da proposta deverá ser expresso em euros, líquidos de quaisquer impostos, taxas ou encargos, sem prejuízo de ser obrigatório discriminar a componente associada aos serviços de corretagem, bem como impostos, taxas, assim como quaisquer demais encargos ou contribuições que, à data da apresentação da proposta, sejam exigidos, com exata indicação do cálculo e da quantificação do respetivo acréscimo e da base legal da determinação do valor indicado que acresce ao preço da proposta.
3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 9.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 10.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **18h:00m:00s do dia 30 de março de 2022.**

ARTIGO 11.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

ARTIGO 12.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 1.** A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, tendo em conta o modelo de avaliação previsto no **ANEXO VIII** do presente Programa de Procedimento, e que dele faz parte integrante.
- 2.** Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate:
 - (i) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresente o somatório dos prémios comerciais mais baixo para as empresas com atividade de consultoria para os negócios e gestão;
 - (ii) Se, apesar da utilização dos fatores referidos no número anterior, a situação de empate persistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresente o somatório dos prémios comerciais mais baixo para as empresas com atividade de saneamento;
 - (iii) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - ii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;
 - iv. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;
 - v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;

vi. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

ARTIGO 13.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- I. No prazo de cinco dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º os seguintes documentos:
- a) Declaração emitida nos termos do modelo que constitui o **ANEXO IX** ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Certificados do registo criminal de cada um dos membros do agrupamento, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência de cada um dos membros do agrupamento que se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documentos comprovativos de que cada um dos membros do agrupamento tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documentos comprovativos de que cada segurador concorrendo individualmente ou de que cada um dos membros do agrupamento, em caso de cosseguro, tem a sua situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Certidão emitida pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que ateste que cada um dos membros do agrupamento que se propõe prestar serviços de seguro se encontra legalmente nos termos do Anexo I da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
 - f) Certificado de registo emitido pelo ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que ateste que o membro do agrupamento que se propõe prestar os serviços de corretagem de seguros se encontra legalmente autorizado a prestá-los, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 359/2007, de 2 de novembro, pela Lei n.º 46/2011, de

24 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro e pela Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro.

2. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
5. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
6. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até cinco dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
7. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma declaração de Responsabilidade Social elaborada em

conformidade com o modelo constante do **ANEXO X** ao presente Programa, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

ARTIGO 14.º

ACORDO ENTRE COSSEGURADORES

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o representante do agrupamento deve apresentar cópia do(s) contrato(s) celebrado(s) entre todas as seguradoras que, nos termos da proposta, devam contratar em regime de cosseguro, sob pena de caducidade da adjudicação.
2. A associação de membros do agrupamento a que se refere o número anterior deve constar do contrato escrito (acordo de cosseguro) a que se refere o artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, no qual se fixará expressamente:
 - a) A identidade do líder do cosseguro;
 - b) A autorização para que o líder do cosseguro proceda, em nome próprio e em nome dos restantes cosseguradores, à regulação, liquidação global e pagamento de eventuais sinistros, cabendo-lhe tomar e assumir as medidas urgentes adequadas e ainda, se disso for o caso, proceder de acordo com o que esteja previsto no protocolo de procedimentos em caso de sinistro que seja aplicável.

ARTIGO 15.º

ACORDO ENTRE SEGURADORAS E CORRETOR

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o representante do agrupamento deve apresentar o protocolo de corretagem que garanta a boa e regular execução do contrato, devidamente celebrado entre todas as seguradoras e o corretor de seguros, sob pena de caducidade da adjudicação.
2. O protocolo de corretagem deve:
 - a) Prever que, nos termos previstos nas normas legais e regulamentares aplicáveis, o pagamento, pelos Tomadores dos Seguros ao corretor, de quaisquer prémios de

- seguro devidos às seguradoras, tem sempre efeitos unilateralmente liberatórios para os Tomadores de Seguros;
- b) Prever que a totalidade da remuneração direta ou indireta decorrente da prestação de serviços de corretagem seja devidamente especificada e segregada na faturação dos valores dos prémios de seguro e impostos associados;
 - c) Prever que, sempre que solicitado pela **AdP SGPS**, devem ser segregadas dos prémios comerciais as componentes de remuneração do Corretor, incluídas na faturação, em relatório autonomizado, compiladas por tipo de serviço (por exemplo, “angariação”, “cobrança”, “gestão de contratos”, “gestão e análise de riscos”, “gestão de sinistros”, “corretagem”, “incentivo” ou outras a especificar) e que perfazem a totalidade da remuneração dos serviços de corretagem;
 - d) Prever que, os seguradores e o corretor têm o dever de prestar toda e qualquer informação que seja solicitada pela **AdP SGPS** relativa à remuneração fixa ou variável do corretor pelos seguradores, mesmo que para além dos deveres de informação legalmente previstos a tal propósito;
 - e) Assegurar o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à relação contratual de mediação de seguros.
3. O corretor e as seguradoras devem dar conhecimento imediato do protocolo celebrado à AdP SGPS.
4. O disposto nas alíneas a) e e) do n.º 2 do presente artigo é oponível pela **AdP SGPS** ao corretor e aos seguradores desde a celebração dos contratos de seguros e de serviços de corretagem, e não depende da formalização do protocolo de corretagem.

ARTIGO 16.º

CAUÇÃO

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, deve ser prestada:
- a) Uma caução no valor de 1,5% do valor da proposta adjudicada destinada a garantir a celebração do contrato de seguro e do exato e pontual cumprimento de todas as

obrigações legais e contratuais, prestada pelas seguradoras que integram o agrupamento, em regime de cosseguro, por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do **ANEXO XI** ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante;

- b) Uma caução no valor de 1,5% do montante previsto na proposta adjudicada para a prestação de serviços de corretagem, destinada a garantir a celebração do correspondente contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, prestada pelo corretor que integra o agrupamento, por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do **ANEXO XII** ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante.

2. Para efeitos de cumprimento da obrigação de prestação estabelecida na presente disposição não é aceite uma caução prestada por um segurador em nome próprio.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

ARTIGO 17.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

ARTIGO 18.º

DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo@adp.pt ou da morada Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.

ARTIGO 19.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

ANEXO I

ENTIDADES ADJUDICANTES

[a que se refere o n.º I do artigo 2.º]

- AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS)
- AdP VALOR, Serviços Ambientais, S.A. (AdP VALOR)
- AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. (AdPI)
- AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A. (AdPE)
- A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. (ADAM)
- Águas do Norte, S.A. (AdNorte)
- Águas do Douro e Paiva, S.A. (AdDP)
- SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A. (Simdouro)
- Águas do Centro Litoral, S.A. (AdCL)
- AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA)
- EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL)
- Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT)
- Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA)
- Simarsul - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (Simarsul)
- AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA)
- Águas de Santo André, S.A. (AdSA)
- Águas do Algarve, S.A. (AdA)

ANEXO II
LISTAGEM DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

[a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º]

- 1. ANEXO VI– Listas de Preços unitários – Seguros de Acidentes de Trabalho**

- 2. ANEXO XIII – Dados sobre sinistralidades – Relativos aos seguros de Acidentes de Trabalho**

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º]

Pela presente, a *(identificação da empresa)* expressamente declara e reconhece o seguinte:

1 - Toda a documentação a que se refere o **ANEXO II** do Programa do Procedimento relativo ao concurso público, com publicidade internacional, para celebração de **CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, cujo anúncio foi publicado no dia [●] de [●] de [●] no *Diário da República*, é, para efeitos da presente declaração, considerada como **“Informação Confidencial”**;

2 - A signatária compromete-se a guardar total sigilo relativamente a toda a **Informação Confidencial** e a utilizá-la exclusivamente para efeitos de elaboração e apresentação de proposta no âmbito do Concurso Público referido no número anterior.

3 - A **Informação Confidencial** apenas pode ser divulgada a terceiros na sequência de aprovação prévia, por escrito, da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., sendo listada e mantida de acordo com os seguintes termos e condições:

- a) Apenas é admitida a reprodução da **Informação Confidencial** para efeitos de municiar os funcionários da signatária (ou dos terceiros a quem a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., tenha autorizado sua divulgação) com a informação necessária à elaboração de proposta no âmbito do concurso público referido no n.º 1;
- b) A **Informação Confidencial** deve ser guardada em lugar seguro e de acesso restrito e condicionado, de forma a garantir que a mesma não é acedida por terceiros;
- c) Todos os exemplares da **Informação Confidencial** serão, a solicitação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., devolvidos ou destruídos;

4 - As obrigações de confidencialidade vigoram pelo prazo de três anos contado da data da presente declaração.

(Local), (data).

(assinatura)

ANEXO IV

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 8.º]

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>.

ANEXO V
MINUTA DE DECLARAÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA

[a que se refere a alínea b) do n.º I do artigo 8.º]

[•] [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público, com publicidade internacional, para a celebração de **CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL** a que se refere o anúncio datado de [•] [data de publicação do anúncio em Diário da República], vem apresentar proposta, obrigando-se a executar o contrato a celebrar, em harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, pelos seguintes preços¹:

Seguros de acidentes de trabalho e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis pelo preço de € _____ [indicar preço por algarismos e por extenso]¹, correspondente ao prémio comercial, que incorpora uma remuneração do segurador ao corretor de € _____ [indicar preço por algarismos e por extenso] e que será seguro por _____ (entidade(s) seguradora(s));

Os preços encontram-se isentos de pagamento de imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do disposto no n.º 28 do artigo 9.º do CIVA.

Mais informa que a responsabilidade da carteira de seguros será assumida pelo agrupamento das empresas seguradoras da seguinte forma:

a) [•]²

Mais se discrimina que, tendo por base a legislação vigente à data da apresentação da presente proposta, acrescem os seguintes impostos, taxas e encargos:

a) [•]³

¹ Determinado pela aplicação da lista de preços apresentada às condições estabelecidas no Anexo VI do presente Programa do Procedimento e em consonância com a nota justificativa do

preço proposto apresentada pelo concorrente, prevista na alínea d) do n.º I do artigo 8.º do Programa do Procedimento.

² Indicação da quota-parte do risco assumida por cada cosseguradora.

³ Indicação dos impostos, taxas e demais encargos que acrescem ao preço indicado na proposta, incluindo a quantificação do valor do acréscimo e a base legal do imposto, taxa ou encargo em causa.

ANEXO VI
LISTA DE PREÇOS

[a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 8.º]

As listas de preços unitários, são fornecidas separadamente mediante palavra-passe, nos termos definidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Programa do Procedimento.

ANEXO VII

MINUTA DE PROCURAÇÃO

[a que se refere a alínea e) do n.º I do artigo 8.º]

_____ (nome, número de documento de identificação e morada do domicílio profissional ou pessoal), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e morada da sede da seguradora que integra o agrupamento concorrente e que será representada pelo corretor de seguros que integra o agrupamento concorrente), concede a (firma, número de identificação fiscal e morada da sede do corretor de seguros que integra o agrupamento concorrente), todos os poderes necessários para a representar no âmbito do concurso público, com publicidade internacional, para a celebração de um **CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL** lançado pelo agrupamento de empresas que integram o Grupo AdP e cujo representante é a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., nomeadamente para a prática de todos os atos no procedimento e para a notificação de atos praticados pelo Júri do Procedimento ou pela **AdP SGPS**, que venham a ocorrer desde a apresentação da proposta até à celebração dos contratos de seguros e do contrato de prestação de serviços de corretagem, incluindo, nomeadamente:

- a) A subscrição e apresentação da proposta;
- b) A subscrição e apresentação dos documentos de habilitação;
- c) A apresentação do documento que titula a caução destinada a garantir a celebração de cada um dos contratos de seguros, bem como de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração desses contratos, prestada pelas seguradoras que integram o agrupamento;
- d) A apresentação dos eventuais contratos de cosseguro.

(Local), (data) (assinatura) ([1]).

[1] Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VIII
MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

[a que se refere o n.º I do artigo 12.º]

Para efeito de avaliação das propostas, o prémio comercial (que integra a comissão do corretor) relativo aos seguros de Acidentes de Trabalho resulta da soma dos prémios comerciais obtidos pela aplicação da taxa comercial às massas salariais declaradas pelas empresas, em conformidade com as listas de preços apresentadas pelos concorrentes.

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 13.º]

I - *(nome, número de documento de identificação e morada do domicílio profissional ou pessoal)*, na qualidade de representante legal de *(firma, número de identificação fiscal e morada da sede do corretor de seguros que integra o agrupamento concorrente)*, que por sua vez é representante convencional, nos termos das procurações que integram a proposta, de *(firma, número de identificação fiscal e morada da sede de cada uma das seguradoras que integram o agrupamento concorrente e que são representadas pelo corretor de seguros que integra o agrupamento concorrente)*, na qualidade de representante do agrupamento de concorrentes adjudicatário no concurso público, com publicidade internacional, para a celebração de **CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, declara, sob compromisso de honra, que quer a sua representada, quer as sociedades que esta representa não se encontram em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local), (data) (assinatura) (¹).

¹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO X

MODELOS DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

[a que se refere a alínea n.º 7 do artigo 13.º]

[•] (*designação da empresa*), com sede na [•] (*morada*), contribuinte n.º [•], representada por [•] (*cargo e nome*), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores;
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que as entidades adjudicantes venham a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);

- l) Informar as entidades adjudicantes de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Local), (data), [assinatura]

ANEXO XI

MODELOS PARA A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PELA(S) SEGURADORA(S)

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 16.º]

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos da alínea a) do n.º I do artigo 16.º do Programa do Procedimento para a celebração de **CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, promovido por um agrupamento de empresas do Grupo AdP e conduzido pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., à qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

(Banco), pessoa coletiva n.º [•], (*morada da sede*), em nome e a pedido de (*seguradora integrante do agrupamento de concorrentes adjudicatário que presta a garantia bancária*), contribuinte n.º [•],

(*morada da sede*) (adiante denominada “**Ordenadora da Garantia**”), vem pelo presente documento prestar à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (adiante denominada “**Beneficiária da Garantia**”), uma garantia bancária irrevogável no valor de € [•] (*quantia por extenso*), destinada a caucionar a celebração do **CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL** bem como de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração dos contratos de seguros, responsabilizando-se até ao limite máximo da citada importância por fazer a entrega, incondicional, irrevogável, à primeira solicitação, e sem quaisquer restrições, ainda que se verifique qualquer objeção por parte do Ordenador da Garantia, das quantias que se tornem necessárias se este faltar ao cumprimento das obrigações que constituem o objeto desta garantia, ou se com elas não entrar em devido tempo.

As quantias *supra* referidas devem ser entregues à Beneficiária da Garantia no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias contados desde a data da sua solicitação escrita.

Esta garantia manter-se-á em vigor até ser prestado pela Beneficiária da Garantia o consentimento ao seu cancelamento, mediante comunicação escrita para o efeito remetida a este Banco, informando que cessaram todas as obrigações da Ordenadora da Garantia decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

Quaisquer questões referentes a esta garantia serão resolvidas de acordo com a legislação portuguesa, sendo o foro competente o de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outro.

(*Local*), (*data*).

(*assinatura*)

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta a favor da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista na alínea a) do n.º I do artigo 16.º do Programa do Procedimento destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato que vai celebrar a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., na sequência do concurso

público com publicidade internacional para a celebração de **CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) devidamente reconhecida na qualidade]

ANEXO XII

MODELOS PARA A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PELO CORRETOR

[a que se refere a alínea b) do n.º I do artigo 16.º]

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do Programa do Procedimento para a celebração de **CONTRATO DE CORRETAGEM DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, promovido por um agrupamento de empresas do Grupo AdP e conduzido pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., à qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade*]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

(*Banco*), pessoa coletiva n.º [•], (*morada da sede*), em nome e a pedido de (*corretor integrante do agrupamento de concorrentes adjudicatário que presta a garantia bancária*), contribuinte n.º [•], (*morada da sede*) (adiante denominada “**Ordenadora da Garantia**”), vem pelo presente documento prestar à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (adiante denominada “**Beneficiária da Garantia**”), uma garantia bancária irrevogável no valor de € [•] (*quantia por extenso*), destinada a caucionar a celebração do contrato de aquisição de serviços de corretagem, bem como de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração desse contrato, responsabilizando-se até ao limite máximo da citada importância por fazer a entrega, incondicional, irrevogável, à primeira solicitação, e sem quaisquer restrições, ainda que se verifique qualquer objeção por parte do Ordenador da Garantia, das quantias que se tornem necessárias se este faltar ao cumprimento das obrigações que constituem o objeto desta garantia, ou se com elas não entrar em devido tempo.

As quantias *supra* referidas serão entregues à Beneficiária da Garantia no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias contados desde a data da sua solicitação escrita.

Esta garantia manter-se-á em vigor até ser prestado pela Beneficiária da Garantia o consentimento ao seu cancelamento, mediante comunicação escrita para o efeito remetida a

este Banco, informando que cessaram todas as obrigações da Ordenadora da Garantia decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

Quaisquer questões referentes a esta garantia serão resolvidas de acordo com a legislação portuguesa, sendo o foro competente o de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outro.

(Local), (data).

(assinatura)

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta a favor da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do Programa do Procedimento destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato que vai celebrar a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., na sequência do concurso público com publicidade internacional para a celebração de **CONTRATO DE CORRETAGEM DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) devidamente reconhecida na qualidade]

ANEXO XIII

DADOS SOBRE SINISTRALIDADE

Os dados sobre prémios e sinistralidade são fornecidos separadamente mediante palavra-passe, nos termos definidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Programa do Procedimento.